



ACÓRDÃO Nº555/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº12296/2020.

Apensos: Processo nº 10066/2020.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Barcelos.

4- Exercício: 2019.

5- Responsável: Gleidson Rato Serrão (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Mayra Mamed Levy – OAB/AM 8598 e Lara Raquel Neves Levy – OAB/AM 15297.

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 421/2022-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Barcelos. Exercício de 2019.

Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Barcelos, referente ao exercício de 2019, sob a responsabilidade do Sr. **Gleidson Rato Serrão**, Presidente da referida Câmara Municipal, nos termos dos arts. 1º, II, a; 22, II, e 24 da Lei nº 2.423/1996 c/c arts. 188, §1º, II, e 189, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, pelos motivos expostos no Relatório/Voto;

10.2. Aplicar Multa ao Sr. **Gleidson Rato Serrão**, Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, no valor atualizado de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), em virtude das restrições “4” e “6” do Relatório Conclusivo nº 84/2021-DICAMI Câmara Municipal de Barcelos, nos termos do art. 54, inciso VII, Lei nº 2.423/96-LO/TCE e art. 308, inciso VII, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. A multa deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta)**



ACÓRDÃO Nº555/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar à origem, Câmara Municipal de Barcelos, que observe com rigor o cumprimento das normas legais, e que:

10.3.1. Atente-se aos prazos estabelecidos para envio dos balancetes mensais, sob pena de aplicação de multa em caso de reincidência;

10.3.2. Proceda a uma análise mais aprofundada relativamente ao tópico de licitações e contratos contidos no Parecer do Controle Interno;

10.4. Determinar à SEPLENO – Secretaria do Tribunal Pleno que, através da competente Divisão, vinculada à referida Secretaria, cientifique o interessado sobre o teor deste Acórdão, nos termos do art. 161, *caput*, do Regimento Interno desta Corte de Contas, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e do sequente *decisum*;

10.5. Arquivar o processo, após o trânsito em julgado, nos moldes regimentais.

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 25 de Abril de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em sessão), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº555/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em sessão

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral